



ISSN 1984-5634

ARTIGO

QUANDO ELAS MIGRAM: INTERSECCIONALIDADE EM PESQUISA COM MULHERES MIGRANTES¹

When they migrate: intersectionality in research with migrant women

DÉBORA FOGLIATTO²

RESUMO

Destoando do fenômeno chamado de “feminização das migrações”, a imigração senegalesa para o Brasil é majoritariamente masculina. Parte importante do atual *boom* de migrações Sul-Sul, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país, a comunidade de imigrantes senegaleses conta com cerca de 2% de mulheres. Neste artigo, propõe-se que, para analisar as experiências destas mulheres, não basta pensar nelas apenas como migrantes, mas sim considerar o caráter interseccional de suas vivências enquanto minoria dentro da própria comunidade e enquanto mulheres negras e imigrantes no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: migrações; interseccionalidade; senegalesas.

ABSTRACT

Unlike what is observed in the ‘feminization of migration’ phenomenon, the Senegalese immigration to Brazil is mostly composed by men. Being an important part of the current boom of South-South migrations, especially in the south and southeast parts of the country, the immigrant Senegalese community is composed of only 2% of women. In this article, it is sustained that, in order to analyse this women’s experiences, it is not enough to think of them as migrants, but also to consider the intersectional character of their lives, as a minority within their own community and as black immigrant women in Brazil.

KEYWORDS: migrations; intersectionality; senegalese women.

EDITOR-CHEFE:

Lúcio Geller Junior

EDITORA-GERENTE:

Maria Eduarda Magro

SUBMETIDO: 19.10.2021

ACEITO: 02.12.2021

COMO CITAR:

FOGLIATTO, D. Quando elas migram: interseccionalidade em pesquisa com mulheres migrantes. *Aedos*, v. 14, n. 31, p. 29-44, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

1 Este artigo integra a dissertação de mestrado da autora e foi submetido à revista antes da dissertação ser defendida.

2 Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: dcfogliatto@gmail.com.

INTRODUÇÃO: MIGRAÇÃO SENEGALESA E QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA

As migrações e os migrantes têm sido objeto das ciências sociais há décadas, desde o clássico estudo pioneiro *“The Polish Peasant in Europe and America”*, publicado entre os anos de 1918 e 1920 por Thomas e Znaniecki. Foram apenas algumas décadas depois, porém, que se passou a observar questões de gênero nos estudos sobre a temática migratória. Ethel V. Kosminsky (2007) relata que, ainda antes da utilização de “gênero” como categoria analítica, “os estudos migratórios, nos Estados Unidos, na década de 1980, começaram por evidenciar a presença da mulher no processo migratório, criticando as pesquisas anteriores que focalizavam como sujeito somente o masculino” (KOSMINSKY, 2007 p. 785). Ela destaca os trabalhos das autoras Elizabeth Ewen e Sidney Weinberg como protagonistas deste movimento, assim como, no Brasil, essa preocupação passa a aparecer uma década depois, com os trabalhos de Célia Sakurai e de Kátia Lerner (KOSMINSKY, 2007).

Ao fazer um levantamento histórico acerca da incorporação dos aspectos de gênero aos estudos migratórios, Assis (2003) também menciona estudos internacionais que, desde o final do século XX, já passaram a abordar essa interface. Segundo a autora, ao se acrescentar a categoria de gênero, “a migração deixou de ser analisada apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos, mas emerge envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou de pessoas da mesma comunidade” (ASSIS, 2003, p. 44). Ela coloca, assim, que a presença de mulheres nos fluxos migratórios, mesmo que em geral invisibilizada, “nos instiga a pensar nas transformações das relações de gênero no contexto da migração” (ASSIS, 2004, p. 45), e aponta que a migração deixa, então, de ser considerada como um assunto masculino ao passar a ser analisada a partir de uma perspectiva que articule gênero, classe e etnia.

Já em 2007, Assis e Kosminsky chamavam atenção ainda para as formas como as vivências de mulheres migrantes, eram vistas até então apenas como experiências genéricas de migrações, sem se pensar nas especificidades femininas. “De fato, até recentemente, a migração internacional era majoritariamente tratada como um fenômeno que envolvia particularmente os homens” (ASSIS; KOMINSKY, 2007, p. 695). As autoras destacam, a partir daí, que estudos começaram a ser elaborados como formas de questionar essa invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos migratórios, a fim de compreender as interfaces entre gênero e migração. Para elas, “não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social nos processos de migração e adaptação, mas de considerar como os discursos e as identidades de gênero se redefinem nesses processos” (ASSIS; KOMINSKY, 2007, p. 696).

Para Boyd e Grieco, em artigo de 2003 em que analisavam os estudos de migrações sob uma perspectiva norte-americana, a partir dos anos 1970 surgiram alguns esforços concentrados para se incorporar gênero nas teorias de migrações internacionais. As autoras atestam que “compreender gênero é um ponto crítico no contexto migratório” (BOYD, GRIECO, 2003). Desde a publicação do texto das autoras canadenses, pode-se inferir que houve um aumento nos estudos que incorporam esta perspectiva, embora eles ainda não sejam a maioria. Como observa Lisboa (2007):

As clássicas teorias sobre migração – concepções neoliberais e marxistas – têm focalizado prioritariamente suas causas econômicas e políticas, ou seja, vinculam a migração a oportunidades de emprego para homens – provedores de família – no modelo capitalista de desenvolvimento, ou reduzem o migrante

ao proletário. Os estudos sobre migração têm ignorado as mulheres tornando-as invisíveis ou totalmente dependentes dos homens. (LISBOA, 2007, p. 152).

Diversas autoras mencionam ainda o aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios, em um fenômeno chamado “feminização das migrações”, observado por diversos autores. Queiroz (2015, p. 14), em seu estudo sobre as migrantes guianesas no norte do Brasil, observou que “os fluxos migratórios do século XXI estão mudando, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também de diferenciação de gênero”, apontando que as mulheres representam 49% das migrantes no mundo. No âmbito da migração senegalesa para o Brasil, porém, esse fenômeno não se confirma. Pelo contrário, as mulheres representam cerca de 2% desses migrantes, os quais constituem importante parte do chamado novo *boom* de migrações, concentrados principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Neste artigo, o foco será essa migração para o Estado do Rio Grande do Sul.

No relatório mais recente acerca da inserção de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, o Observatório Brasileiro das Migrações Internacionais constatou que, das 1.236 admissões de trabalhadores senegaleses no ano de 2017, 88,18% ocorreram na Região Sul do país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018). Nesse âmbito, o pesquisador Roberto Uebel aponta que até dezembro de 2015, havia 3.173 senegaleses no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais apenas 1,6% eram mulheres (UEBEL, 2017, p. 200). Já a pesquisa realizada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) em parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), também de Caxias do Sul, constatou que entre os anos de 2010 e 2015, 2.391 senegaleses foram registrados no banco de dados da entidade, dos quais menos de 1% eram mulheres (HERÉDIA; GONÇALVES, 2017, p. 215).

A cidade da serra gaúcha é um dos polos de imigração senegalesa no país. Já pode-se constatar, a partir de estudos anteriores, que essas migrações em sua maioria seguem um perfil específico: são homens, com idades entre 20 e 35 anos, que vêm sozinhos em busca de trabalho e enviam dinheiro para suas famílias em seus países de origem (UEBEL, 2016; HERÉDIA; GONÇALVES, 2017). As mulheres que chegaram nesses últimos dez anos ao sul do Brasil em busca de emprego se encaixam parcialmente nessa descrição, visto que algumas vieram se reunir com seus maridos e outras também são jovens que vieram de forma independente, deixando suas famílias no país de origem.

De forma mais acentuada do que outras que compõem o atual *boom* imigratório, a imigração senegalesa tem caráter especialmente laboral. Como a economia senegalesa não consegue absorver a demanda por mão de obra do país, muitos homens jovens migram para conseguir emprego e enviar dinheiro (as chamadas “remessas”), ajudando no sustento das famílias que permaneceram lá. Essa principal motivação pode ser constatada em diversas pesquisas anteriores (HERÉDIA; GONÇALVES, 2017; JUNG, 2019; UEBEL, 2017), assim como em conversas com os próprios imigrantes. “Senegal é bom, mas falta de trabalho – é uma expressão utilizada frequentemente pelos imigrantes. Mesmo com emprego, há os que decidem emigrar para melhorar as condições de vida” (JUNG, 2019, p. 60). A partir daí, percebe-se também a principal diferença entre a imigração senegalesa e a haitiana, a qual constitui o principal fluxo migratório moderno para o Rio Grande do Sul: o perfil dos imigrantes. Enquanto os haitianos costumam migrar em família, ou vir para o país com o objetivo de trazer suas famílias, os senegaleses frequentemente não têm essa ambição. Uebel resume esta diferença de perfil: “haitianos imigram – principalmente após a segunda geração de imigração – com seus familiares e senegaleses imigram sozinhos – quando no máximo com alguns amigos de mesma faixa etária” (2017, p. 200).

Para Uebel, é possível que, conforme os imigrantes se estabelecem de forma mais permanente no Brasil, haja a expansão da chegada de mulheres, aumentando as reuniões familiares. Complementa, porém, afirmando que “apesar da probabilidade de que grande parte das senegalesas tenha imigrado para reunir a família, há outros casos da imigração feminina” (UEBEL, 2017, p. 58). Neste sentido, Gonçalves (2019, p. 198) aponta que “o processo migratório das senegalesas não se dá como um fato isolado em suas trajetórias, mas está integrado a dinâmicas familiares, laborais, religiosas, entre outras”. A autora destaca ainda que, ao migrarem, sozinhas ou para se reunirem com seus maridos, as senegalesas “romperam com os limites traçados pelo local”. Ao viver no exterior, “mobilizam estrategicamente a figura tradicional da mulher no seio da família e da comunidade, negociando esse novo modo de participação nas decisões familiares e comunitárias” (Idem, p. 197).

Faz-se útil aqui apontar brevemente como as questões de gênero se articulam nas comunidades senegalesas nos dois locais que, historicamente, mais receberam imigrantes deste país: os Estados Unidos e a França. No primeiro, as primeiras mulheres senegalesas chegaram durante os anos 1980, uma década após os homens oriundos do mesmo país, inicialmente trabalhando como comerciantes temporárias no verão e retornando ao Senegal após alguns meses. Na década seguinte, esse fluxo se intensificou, sendo composto por mulheres que foram se reunir com seus maridos, muitas das quais se consolidaram trabalhando como cabeleireiras, além de meninas que foram estudar em escolas norte-americanas (BABOU, 2008). Na França, os senegaleses chegaram na mesma época que outros africanos de ex-colônias francesas, que após as independências foram para o país europeu em busca de melhores condições de vida. Inicialmente, essa migração era apenas de homens, mas a partir de 1973, com as restrições à entrada de imigrantes em busca de trabalho, ela passou a ser concentrada na reagrupação familiar, com a chegada das mulheres e crianças conforme (VELASCO, 2005). Estudando as mulheres senegalesas na França em comparação com suas vivências em seu país de origem, Petrozziello e Robert (2010) notaram que, ao migrar, elas conseguem “renegociar as relações de gênero”, pelo menos no âmbito doméstico. “Algumas mulheres exigem independência e conseguem desafiar hierarquias sociais entre homens e mulheres, renegociando a ordem social” (PETROZZIELLO; ROBERT, 2010, p. 25, tradução da autora).

Entende-se neste artigo que, por serem africanos e negros, os imigrantes senegaleses, ao chegarem ao Brasil, se deparam com uma série de questões que também permeiam as vidas dos negros brasileiros, ao se inserirem em um país onde persistem desigualdades de raça e de gênero. Atenta-se, porém, que suas experiências sempre serão distintas por se tratarem de imigrantes que não eram racializados em seu país de origem. Diversos estudos já constataram a permanência dessas opressões ao longo dos anos, dentre os quais destacamos aqui os nomes de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Luiza Bairros. Esta primeira, em seu texto “Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, descreve que a “violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas”, a qual causou a miscigenação, “está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências” (CARNEIRO, 2003, s. n.). Desta forma, a autora avalia que, ao se falar de mulheres negras, é fundamental considerar “o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003, s. n.). Similarmente, Lélia Gonzalez já apontava, nos anos 1980, que “o racismo

se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224). Ambas as autoras, embora não se coloquem como interseccionais, têm perspectivas que atualmente são consideradas como relacionadas e por vezes até precursoras dessa linha de pensamento, como se pode observar. Gonzalez, inclusive, ainda em 1982 articulou, em artigo publicado no livro “O Lugar da Mulher”, acerca da necessidade de os estudos sobre mulheres brasileiras deixarem de se focar apenas nas dinâmicas de gênero e classe. Como descreve Rodrigues (2013, p. 3): “detendo-se apenas nas categorias gênero e classe, os estudos sobre mulheres brasileiras contribuem para a naturalização das desigualdades raciais. Para Gonzalez, as mulheres negras são vítimas de uma tripla opressão: de raça, gênero e classe social”.

ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL E NO MUNDO

As questões de gênero passaram a ser estudadas como categoria analítica dentro das ciências sociais apenas no século XX (SCOTT, 1995) e desde então a temática vem se consolidando como um emergente campo de estudo, perpassando diversos outros assuntos relacionados às sociedades humanas. Em um texto já clássico para se pensar em gênero enquanto parte relevante de estudos teóricos – “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” –, Joan Scott menciona que para responder a questões referentes às diferenças atribuídas a homens e mulheres no mundo moderno é preciso prestar “atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado de experiência” (SCOTT, 1995, p. 82).

A autora define gênero de duas formas: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Nesse sentido, ela utiliza a definição foucaultiana de poder, “entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais” (SCOTT, 1995, p. 86). Além disso, Scott também se vale da abordagem lacaniana relativa às diferenças de gênero referentes ao falo, o qual deve ser entendido de maneira metafórica, para se pensar que a:

imposição de regras de interação social é inerente e especificamente gentrificada, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável (SCOTT, 1995, p. 82).

Na mesma linha, a socióloga australiana Raewyn Connell, em coautoria com Rebecca Pearse, (2015) defende que não é possível pensar o “ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39), mas sim que estas posições são construídas tanto social quanto pessoalmente, dentro da ordem de gênero, a qual é constantemente produzida e reproduzida. Nesse sentido:

A manutenção dos padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de ‘estrutura’. Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 47).

Enquanto Connell define gênero como uma “estrutura social”, outra grande pensadora do tema, Judith Butler (1990), apresenta o conceito de gênero como uma performance, ou seja, a própria construção daquilo que ele supõe ser. “Neste sentido, gênero é sempre algo que é feito, embora não seja algo que é feito por alguém que existe antes de fazê-lo”, define (BUTLER, 1990, p. 34, tradução da autora). Ou seja, para Butler, a própria performatividade do gênero é a expressão primeira deste, não há uma identidade pré-formada por trás destas expressões geralmente tomadas como o resultado do gênero. Por não haver uma essência de gênero, ela define que ele é uma construção sustentada por um “acordo coletivo de se performar, produzir e sustentar”, de forma discreta, gênero como uma ficção cultural (BUTLER, 1990, p. 190, tradução da autora).

PENSANDO GÊNERO NO SUL GLOBAL

Ao mesmo tempo em que questões de gênero passaram a ser amplamente estudadas pelas ciências sociais, intelectuais de países do Sul global também começaram a levantar questões específicas das mulheres que vivem nestes locais, defendendo que não é possível se falar em uma mulher “universal” e destacando as formas como essas questões são articuladas nas diferentes culturas. Esses estudos atentam especialmente ao risco de se ter uma visão orientalista para sociedades não-ocidentais. Connell observa isso ao apontar que os padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre “contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 49). Autoras oriundas de países de terceiro mundo ou emergentes abordam essa questão de forma mais completa, como a indiana Avtar Brah (2006), em seu ensaio “Diferença, diversidade, diferenciação”. A autora destaca que a categoria “mulher” não é unitária em todo o mundo, ou seja, que “nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder” (BRAH, 2006, p. 341). Nesse sentido, já há diversos estudos que defendem uma mudança de paradigma ao se falar de mulheres vindas de países do “Oriente” ou do Sul global, apontando-se a necessidade de não as considerar como vítimas que precisam ser salvas pelas mulheres ocidentais.

Aprofundando ainda mais essa problematização, a professora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004, p. 2) reflete acerca da forma como pesquisadoras feministas usam o gênero como “modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo”, assumindo a categoria “mulher” como universal. A partir daí, ela questiona:

Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar. Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. Porque gênero é socialmente construído, a categoria social “mulher” não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? (OYÈWÙMÍ, 2004, p. 2-3).

Ela atenta, assim, para as formas como as próprias categorias de gênero não são fixas, podendo inclusive variar em algumas sociedades tradicionais africanas. Por isso, defende que se estudem as realidades de cada local a partir de seus próprios pressupostos, e não as enxergando com as mesmas

características daquelas do Ocidente e do Norte global, sob o risco de ocorrerem “distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (OYĒWÙMÍ, 2004, p. 8). Na mesma esteira, a intelectual indiana Chandra Mohanty (1984), em seu ensaio “*Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*”, critica o fato de estudos feitos por pesquisadoras ocidentais ou oriundas do Norte global frequentemente retratarem as mulheres de terceiro mundo de forma estereotipada, as colocando como religiosas, tradicionais, sem consciência de seus direitos, não educadas, donas de casa e, algumas vezes, revolucionárias (no caso, as colocando como “lutadoras” que vivem em países com sistemas opressores). “É assim que a diferença terceiro-mundista é produzida”, constata (MOHANTY, 1984, p. 352).

No Brasil, intelectuais negras há décadas apontam as articulações entre racismo e sexismo na sociedade, chamando atenção para a composição escravocrata do país. Essa questão faz-se relevante aqui por se entender que, ao chegarem ao país, as mulheres senegalesas irão se deparar com a mesma realidade que atinge as mulheres negras brasileiras, com o agravante de ainda serem muçulmanas e estrangeiras. Em um texto já clássico sobre a temática, “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez (1984) explica de forma didática as engrenagens de opressões que movem o país.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224).

A autora segue elaborando acerca dos estereótipos que perpassam as pessoas negras, como o de “irresponsável, malandro, ladrão, que não gosta de trabalho”, os quais, no imaginário brasileiro, justificariam a intersecção entre raça e classe, que gera a associação de pessoas negras como sendo pobres, ou como coloca Lélia, “favelados” (GONZALEZ, 1984, p. 225-226). Na mesma linha, Luiza Bairros questiona o que poderia haver em comum entre mulheres de diferentes raças e classes sociais, considerando o racismo e sexismo que permeiam a sociedade brasileira (BAIRROS, 1995).

Em outros lugares do mundo, iniciativas semelhantes, que buscavam articular questões de gênero com outros marcadores e opressões, começaram a ser elaboradas. No provocativo ensaio “*White women listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*”, de 1982, Hazel Carby criticava as feministas brancas por enfatizar apenas o patriarcado, sem pensar suas articulações com outras opressões. A autora sugere, assim, tornar o feminismo um conceito mais complexo, apontando o fato de que mulheres negras estão sujeitas simultaneamente a opressões patriarcais, de classe e raça. Ela destaca, ainda, que devido ao racismo, homens negros não têm a mesma relação com as hierarquias patriarcais e com o capitalismo que homens brancos têm, ou seja, eles não ocupam o mesmo local de poder na sociedade. Enquanto as feministas brancas citavam os homens como seus principais opressores e a impossibilidade de trabalhar como uma de suas pautas, as mulheres negras passavam por questões diferentes. “Precisamos reconhecer que em períodos de escravidão, colonialismo e sob regimes autoritários, a família negra tem sido um local de resistência cultural e política ao racismo” (CARBY, 1982, p. 112, tradução da autora). Nos Estados Unidos, autoras como Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill Collins também abordavam, em época semelhante, as diferenças entre as vivências de mulheres negras e brancas norte-americanas.

Partindo tanto do feminismo negro brasileiro quanto de outras iniciativas que articulam questões de gênero a partir de populações subalternizadas, Ballestrin (2017) fala em “feminismos subalternos” para definir os diferentes movimentos de mulheres que não foram os sujeitos iniciais do feminismo – brancas, do norte global, de classe média-alta. Ela menciona, então: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc. “Em geral, esse amplo espectro de caracterizações está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais”, aponta (BALLESTRIN, 2017, p. 1040), citando o ensaio de Mohanty (1984), “*Under Western Eyes*”, no qual a autora critica o caráter “colonial” do discurso até então prevalente no feminismo ocidental. São diversas as iniciativas que, buscando romper com a perpetuação da lógica de epistemologias dominadas pelo Norte global, surgem na América Latina, África e Ásia de teorias terceiro-mundistas, que questionam o eurocentrismo e o colonialismo acadêmico (BALLESTRIN, 2017).

De forma semelhante, Lugones (2014) aponta que “o sistema de gênero é não só hierárquico mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 942). A autora argumenta que, nos contextos de colonização, as mulheres de etnias subalternizadas não eram vistas como humanas, e sim “animalizadas” pelos colonizadores. Aprofundando este pensamento, coloca gênero como uma imposição colonial, argumentando que as definições de gênero modernas foram impostas às populações nativas dos países de terceiro mundo à época da colonização. A partir daí, Lugones avança ainda mais em relação às teorias que articulam gênero e raça, ao propor uma “forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (LUGONES, 2014, p. 940).

Tanto as teorias feministas quanto as pós-coloniais, mesmo antes de serem efetivamente articuladas entre si, “abalaram muitos pilares das ciências humanas e do seu próprio pensamento crítico” (BALLESTRIN, 2017, p. 1037). Mas ambas, desde seu princípio, tiveram elementos em comum por tratarem da “invisibilidade, o silenciamento e a subalternidade dos sujeitos produzidos pelo patriarcado e pelo colonialismo” (BALLESTRIN, 2017, p. 1037). Assim, na visão da autora, o encontro entre feminismo e pós-colonialismo não se deu por acaso, pois a mulher colonizada é o “sujeito subalterno por excelência” protagonista do texto “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak (1988), considerado um marco para os estudos pós-coloniais (BALLESTRIN, 2017, p. 1037).

PENSANDO SOBRE O “OUTRO”: MULHERES NEGRAS E INTERSECCIONALIDADE

Outras iniciativas teóricas que buscam articular as categorias “raça” e “gênero” são o feminismo interseccional – que será central aqui – e o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*). A primeira delas foi originalmente elaborada pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw (1989), a partir de diversas contribuições oriundas do movimento negro norte-americano, dentre as quais é possível destacar o coletivo *Combahee River Collective*. Em seu mais recente livro sobre a temática, escrito em conjunto com Silma Bilge, Patricia Hill Collins (2016) ressalta que a argumentação de Crenshaw se

fundamentou no fato de que mulheres não-brancas³ não podem ser analisadas por meio de apenas uma categoria. “*Crenshaw’s innovation lies in building her argument from the ground up from the experiences of women of color and then showing how multiple systems of power are inseparable in the ways they impact their lives*”⁴ (COLLINS; BILGE, 2016, p. 82).

Utilizar o termo, conforme explica a pesquisadora baiana Carla Akotirene (2018, p. 45), significa “articular as clivagens identitárias” que atravessam os corpos e as vidas dos sujeitos. Sobre a interseccionalidade, a autora define:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (AKOTIRENE, 2018, p. 44).

Conforme resume Hirata (2014), a elaboração de Crenshaw é focada nas intersecções de raça e gênero, por vezes incorporando classe e sexualidade, levando em conta as múltiplas fontes de identidade que constituem de forma interdependente as relações de poder. Rodrigues (2013, p. 7) destaca que a interseccionalidade, devido a sua abrangência, “pode ser considerada, a depender de quem (e como se) usa a terminologia, um conceito, uma ferramenta heurística ou uma teoria”. O que todas as formas de a utilizar têm em comum, complementa o autor, é a “tentativa de focar em que medida raça, gênero e classe social interagem com a realidade sócio-material da vida de mulheres na (re)produção e transformação de relações de poder” (RODRIGUES, 2013, p. 7).

Já a teoria do ponto de vista feminista, segundo a definição de Bairros (1995), parte do pressuposto de que “a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação, onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos” (BAIRROS, 1995, p. 461). Ou seja, dessa forma pode-se pensar que os diferentes sujeitos experienciam opressões de maneiras diferentes, a partir de pontos de vistas diversos sobre suas próprias posições sociais. Já na primeira metade dos anos 1990, Bairros apontava que as dimensões de raça e gênero não devem ser analisadas de forma separada: “Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra”, constata (BAIRROS, 1995, p. 461).

O termo “matriz de dominação”, empregado por Bairros, aparece muito também no trabalho de Collins, um dos principais nomes do feminismo interseccional dos Estados Unidos. Segundo a autora, esse conceito descreve “a organização social geral dentro da qual as opressões interseccionais se originam, desenvolvem e estão contidas” (COLLINS, 1990, p. 229, tradução da autora). Em sua obra, a autora destaca as formas como as “ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os ‘outros’ – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana” (COLLINS, 2016, p. 106), referindo-se àqueles que fogem da norma do comportamento masculino branco. Esse “outro” ao qual Collins se refere já foi objeto de diversas teorias acerca daqueles que não

3 No inglês, “women of color”. A expressão é utilizada nos Estados Unidos e outros países para se referir a mulheres negras e de outras origens étnicas, como árabes, indígenas e asiáticas. Na tradução, optou-se por colocar “não-brancas” por se considerar que o termo “de cor” tem tom pejorativo em português.

4 “A inovação de Crenshaw está na construção de seu argumento de baixo para cima a partir das experiências de mulheres não-brancas, a partir daí mostrando como múltiplos sistemas de poder são inseparáveis nas formas como impactam suas vidas” (Tradução da autora).

são os hegemônicos na sociedade. Um exemplo clássico é a obra “O Segundo Sexo”, originalmente publicada em 1949, de Simone de Beauvoir (2009), na qual ela teoriza acerca de a mulher ser considerada o “Outro” do homem, sendo ela nunca o sujeito, e sim sempre o objeto. De forma semelhante, Spivak (2010), já citada anteriormente, também se referia à mulher subalterna como este “outro”, assim como anos antes, em 1950, Edward Said (1996) se referiu aos não-europeus em *Orientalismo*.

Indo além dos pensamentos de Beauvoir, Spivak e Collins, Kilomba (2019) elabora, ainda, acerca das relações entre negros e brancos, colocando a mulher negra como “o Outro do Outro”, referindo-se às mulheres brancas e aos homens negros como o Outro do homem branco hegemônico. Reflete, ainda, sobre quem tem voz e quem é ouvido nesta equação. “Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles que são ouvidos são também aqueles que ‘pertencem’. E aqueles que não são ouvidos, tornam-se aqueles que ‘não pertencem’” (KILOMBA, 2019, p. 42-43). Para a autora, assim, raça e gênero não podem ser interpretados como dois elementos separados, mas sim devem ser pensados em conjunto, pois “construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção da ‘raça’ e na experiência do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 94). A autora cita como exemplo as construções racistas estereotipadas acerca de mulheres negras como “descartáveis”, das mulheres muçulmanas vistas como oprimidas e os homens muçulmanos como agressivos, assim como o mito das mulheres brancas emancipadas e os homens brancos liberais (KILOMBA, 2019, p. 94).

Ainda antes de ser criado o termo interseccionalidade para designar a proposta de se estudar os sujeitos e as opressões que os atravessam de forma articulada e complementar, Collins (1990) já mencionava as formas como raça e gênero não podiam ser analisadas separadamente. Em seu já clássico ensaio “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, originalmente publicado em 1986, a autora evoca os conceitos de estrangeiro de Simmel (1921) e Mannheim (1954) para falar dessa posição de *outsider within*. Para elas, há certas vantagens em se localizar nesse espaço de margem e centro ao mesmo tempo:

Alguns dos benefícios do status de *outsider within* incluem: 1. a definição de Simmel de “objetividade” como “uma peculiar composição de proximidade e distância, preocupação e indiferença”; 2. a tendência das pessoas de se abrirem para “estranhos” de maneiras que nunca fariam umas com as outras; e 3. a habilidade do “estrangeiro” em ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações (COLLINS, 2016, p. 100).

A situação de ser o “outro” diante da norma de comportamento masculino branco torna as mulheres negras pessoas objetificadas e desumanizadas, aponta a autora. Por isso, ela destaca também a importância das mulheres negras se autodefinirem e autoavaliarem: “Homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino” (COLLINS, 2016, p. 105). Por estarem à margem das relações de poder e, portanto, não poderem desafiar essas definições, as mulheres negras são constantemente descritas por imagens de controle constantemente negativas, argumenta a autora.

É justamente para buscar romper com esses estereótipos que Collins fala na autodefinição, que consiste em “desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana”, assim como na autoavaliação, a qual enfatiza o conteúdo específico formulado por mulheres negras, “substituindo

imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 102). Sendo assim, a autora afirma que é a partir da autodefinição e autoavaliação que as mulheres negras se validam enquanto “sujeitos humanos” (COLLINS, 2016, p. 104) e desafiam o conteúdo das imagens controladoras externamente definidas. “Quando mulheres negras definem a si próprias, rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições” (COLLINS, 2016, p. 104). Ou seja, no momento em que as mulheres negras se recusam a aceitar serem definidas como o “outro” e passam a criar sua própria imagem de si mesmas, elas já estão contestando a dominação que recai sobre elas por excelência.

INTERSECCIONALIDADE E MIGRAÇÕES

Como observado anteriormente, as migrantes senegalesas se encaixam de diversas formas dentre aqueles que são considerados “outros” na sociedade brasileira, especialmente gaúcha. Ao chegarem em sociedades historicamente compostas principalmente por descendentes de imigrantes europeus, como é o caso da maior parte do interior do Rio Grande do Sul, os imigrantes senegaleses em geral, assim como outros imigrantes negros, passaram a ser vistos como o “outro”, o *outsider* dentro desse contexto (SOARES; ANDREOLA, 2017). Este fenômeno é descrito por Diehl (2017) em sua análise da população de Lajeado diante da chegada dos haitianos, os quais são vistos pelos habitantes locais como os “estrangeiros”, no sentido proposto por Simmel (1921). A situação, descreve o autor, gera desconforto na população local, “justamente por ser uma presença que rompe com um ‘roteiro’ estabelecido do que até então era o modo de se viver daquela cidade”, a qual tem uma forte “presença cultural de herança imigratória alemã e italiana” (DIEHL, 2017, p. 15).

Na mesma perspectiva, abordando a relação dos habitantes locais do interior de Santa Catarina com os imigrantes haitianos, Soares e Andreola (2017) utilizam o conceito de estabelecidos e *outsiders* de Norbert Elias. Eles indagam, a partir daí, a forma como os corpos negros dos haitianos são interpretados em um contexto “formado majoritariamente por brancos e constituído por meio da hegemonia da branquitude” (SOARES; ANDREOLA, 2017, p. 88). Da mesma forma, Cazarotto e Mejía (2017) também utilizam Elias para apontar as diferenças de cor e de origem étnica como “marcadores de fronteiras” entre os estabelecidos e os *outsiders*. Ainda, ao chegarem ao sul do Brasil, a partir de 2010, os haitianos foram “arbitrariamente considerados grupos ‘invasores’ e associados à cólera e outras doenças infectocontagiosas”, ao passo em que os senegaleses eram acusados de serem “comerciantes ilegais que comercializariam mercadorias falsificadas e [...] cooptados por redes criminosas internacionais” (MACEDO, 2017, p. 187). Entende-se que os senegaleses foram recebidos de forma semelhante aos haitianos na região Sul do Brasil, considerando-se, inclusive, que as próprias populações locais muitas vezes não sabem diferenciar entre os dois grupos, referindo-se aos senegaleses como haitianos.

Em um levantamento de mais de 40 matérias e reportagens de jornais publicadas em veículos de grande circulação no país e no Estado, Brignol (2015) analisou as formas como os senegaleses foram representados pela mídia durante o ano de 2014. Dentre as notícias, diversas abordam uma suposta conexão entre estes imigrantes e o vírus Ebola, o que a autora considera discriminatório, levando-se em conta ainda que posteriormente essa relação se mostrou falsa. Ela reflete acerca de uma das matérias com tom positivo, focada no caso de dois senegaleses que ajudaram uma vítima de assalto

em Caxias do Sul, a qual interpreta como um “indicativo desse sentido de excepcionalidade diante da honestidade vinda de quem a comunidade local ainda se relaciona através da desconfiança e do medo” (BRIGNOL, 2015, p. 80). Embora sejam o foco das reportagens, os migrantes aparecem como fonte das informações em apenas quatro das 40 matérias encontradas, conforme relata a autora, destacando que a representação das migrações enfatiza o viés econômico e chama atenção para as diferenças: “Em alguns momentos, essas diferenças são acionadas como aspecto positivo, como ganho em termos de diversidade cultural, mas parecem restritas, em outros momentos, ao caráter pitoresco ou inusitado do Outro migrante” (BRIGNOL, 2015, p. 80).

Nos últimos anos, diversas autoras e autores já chamaram atenção para as questões aqui levantadas, articulando a importância de se estudar migrações a partir de uma perspectiva interseccional. Uma das principais autoras a fazer isso na América Latina é a professora argentina Maria José Magliano, que observa que a abordagem interseccional tem sido colocada no centro das teorias sobre gênero e migrações, chamando cada vez mais atenção de pesquisadores. A autora aponta que a perspectiva internacional se coloca como uma possibilidade para se realizar uma análise complexa da “*realidad vivida por los sujetos, mujeres y varones mediante el abordaje de las diferentes posicionalidades y clasificaciones sociales, históricamente situadas*” (MAGLIANO, 2015, p. 692). A professora aponta, ainda, sobre a maneira como as migrações são um campo frutífero para se estudar a partir da interseccionalidade:

Los procesos migratorios, al estar conformados por diversos ejes de desigualdades, resultan un campo relevante para el análisis teórico y empírico de la interseccionalidad. En las migraciones internacionales, las clasificaciones de género, clase, origen nacional, raza, etnicidad, edad, condición migratoria y religión pueden incidir directamente en la vida cotidiana de mujeres y varones e influir de manera determinante en su acceso a derechos y oportunidades, así como en las situaciones de privilegio o de exclusión que de ellas se derivan (MAGLIANO, 2015, p. 700).

Algumas das dimensões a partir das quais se pode pensar nas vivências das mulheres migrantes – especificamente, aqui, as senegalesas – de forma interseccional são: a) dificuldades de se comunicar – imigrantes senegaleses de ambos os gêneros se deparam com esse desafio até ao procurar serviços médicos, o que obstaculiza seu acesso à saúde. No caso das mulheres, isso fica ainda mais gritante devido à necessidade de acesso à saúde obstétrica ao terem filhos nascidos no Brasil; b) dificuldades para encontrar emprego – segundo pesquisa exploratória, a maior parte das mulheres senegalesas que trabalha no RS realiza trabalhos que exigem pouca formação e considerados “femininos”, como nas áreas de limpeza ou cozinha, mas mesmo assim encontram-se frequentemente desempregadas, exploradas ou mal pagas; c) sentimento de solidão – por serem numericamente poucas, estarem sem suas mães e irmãs e não se inserirem de forma mais completa na sociedade receptora, as mulheres senegalesas dependem bastante das relações com seus maridos e dos outros homens da comunidade.

Sobre a questão do trabalho, Magliano (2015, p. 706) aponta que a interseccionalidade permite que se coloque no centro dessa discussão a hierarquização dos mercados de trabalho entre nativos e migrantes, assim como entre os próprios grupos de migrantes – nesse caso, a partir de outros marcadores como raça, gênero, classe social e condição migratória (o que inclui ser um migrante em condição regular ou irregular). Desse modo, ao estudar migrantes trabalhadoras domésticas, Magliano (2015, p. 707) argumenta que essa dimensão deve ser destacada: “*Los estudios sobre migraciones y trabajo, en particular, tienen por delante la tarea de explicar en profundidad cómo la intersección de clasificaciones sociales produce*

y reproduce formas de explotación laboral que se traducen en desigualdades sociales”. Rosário (2019, p. 18) também aborda as formas como os diversos marcadores identitários “dificultam seus acessos a bens de serviços, reforçando essa suscetibilidade às situações de exploração de sua mão de obra” e, assim, gerando situações de precarização e exploração dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres senegalesas migrantes, portanto, estão sujeitas a diversos tipos de opressões a partir dos seus atravessamentos identitários. Tanto em dimensões mais concretas, como trabalho e saúde, quanto em termos mais subjetivos, suas experiências enquanto migrantes são articuladas também a partir dessas diversas categorias. Evidentemente, há outras variáveis presentes, tais como questões referentes à presença de familiares no local de destino; o fato de ir para uma comunidade de imigrantes que já está mais estabelecida ou não; a quantidade de tempo em que estão no país; além, claro, de suas próprias personalidades e experiências específicas. Não se pretende, a partir do aqui exposto, reduzi-las a seus marcadores identitários e sim defender que suas vivências sejam analisadas da forma mais completa possível ao se pensar sociologicamente. Nesse sentido é a reflexão de Adelman (2012, p. 52):

Diríamos que hoje as diásporas e seus principais desdobramentos, no âmbito do cultural ou da política, são muitas vezes processos protagonizados por sujeitos dupla ou triplamente marcados pela subalternidade, criando saberes e ressignificando a vida – a sua, individual e a coletiva. Este é o caso das mulheres de países do sul, na condição de membros de camadas não-elitizadas, marcadas como “não-brancas”, que participam da já ressaltada “feminilização” dos circuitos migratórios transnacionais, o que deve implicar efeitos culturais nada desprezíveis sobre noções de agência e sobre “quem faz história”.

Ou seja, as mulheres senegalesas, enquanto africanas, muçulmanas e migrantes, não são reduzidas a essas características, mas é também por causa delas que enfrentam diversos obstáculos e que são diversas vezes invisibilizadas dentro dos próprios estudos migratórios que abordam essa população.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Viajantes e migrantes: pessoas e teorias num mundo pós-colonial. In: MISKOLCI, Richard. *Discursos Fora da Ordem: Sexualidade, Saberes e Direitos*. 1. ed. São Paulo: Anablume, 2012. p. 29-57.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. “De Criciúma para o mundo”: gênero, família e migração. *Revista Campos*, Curitiba, v. 3, p. 33-49, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1586>. Acesso em: 1. out. 2020.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. Gênero e migrações contemporâneas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.
- BABOU, Cheikh Anta. Migration and cultural change: Money, “caste”, gender, and social status among senegalese female hair braiders in the United States. *Africa Today*, v. 55, n. 2, p. 3-22, 2008.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, set./dez. 2017.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOYD, Monica; GREICO, Elizabeth. Women and Migration: Incorporating Gender into International Migration Theory. *Migration Policy Institute*, Washington, 2003. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em: 15. set. 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, jan/jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

BRIGNOL, Liliane Dutra. Senegaleses na mídia: representações de novos fluxos de migratórios para o Rio Grande Do Sul. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 12, n. 22, jan/jun. 2015.

BUTLER, Judith P. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge; Chapman & Hall, 1990.

CARBY, Hazel. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood. In: *The Empire Strikes Back: Race and Racism in Seventies Britain*. London: Hutchinson, 1982. p. 212–235.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília de. *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/publicacoes-obmigra>. Acesso em: 5. Nov. 2021.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha; MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional haitiana no Brasil. *Repocs*, v. 14, n. 27, jan/jun. 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução de Juliana de Castro Galvão. *Soc. Estado*, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality*. Cambridge, UK; Maiden, MA: Polity Press, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1, n. 8, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 5. nov. 2021.

- DIEHL, Fernando. *Estrangeiro em uma terra estranha: Racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Participação feminina nos fluxos migratórios de senegaleses para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos (ORG). *Imigração senegalesa: múltiplas dimensões*. v. 2. Porto Alegre: EST Edições, 2019.
- GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Deslocamentos populacionais no Sul do Brasil: o caso dos senegaleses*. In: *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. (Org: João Carlos Tedesco; Gisele Kleidermacher). Porto Alegre: EST Edições, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, n. 26, v. 1, p. 61-73. 2014.
- JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento de processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In: TEDESCO, João Carlos (ORG). *Imigração senegalesa: múltiplas dimensões*. v. 2. Porto Alegre: EST Edições, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOSMINSKY, Ethel V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.
- LISBOA, T. K. *Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.
- MACEDO, Janaina Santos. Poéticas e políticas de transformação do mundo social: Migrações recentes de haitianos e senegaleses na região da Grande Florianópolis (SC). *Revista Ambivalências*, v. 5, n. 10. 2017.
- MAGLIANO, María José. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 691-712, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41761/30374> Acesso em: 5 out. 2020.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. *CODESRIA Gender Series*, Dakar v. 1, p. 1-8, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/316mFkN>. Acesso em: 7 set. 2020.

PETROZZIELLO, Allison J.; ROBERT, Elizabeth. *Migration, Remittances and Gender-Responsive Local Development: Executive Summaries*. Santo Domingo; New York: United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women; United Nations Development Programme, 2010. Disponível em: <https://scholars.wlu.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=samp>. Acesso em: 1 set. 2020.

QUEIROZ, Claudia de Oliveira Carvalho. *A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil-Guiana*. Dissertação (Mestrado Profissional em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2015.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3iCNl3k>. Acesso em: 5 out. 2020.

ROSÁRIO, Livia Verena Cunha do. *Interseccionalidade e fronteira: mulheres negras migrantes na Amazônia franco-amapaense*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre v. 20 n. 2 p. 9-255, jul./dez. 1995.

SOARES, Claudete Gomes; ANDREOLA, Neuri José. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense. *Temáticas*, Campinas, v. 25, p. 85-114, fev/dez. 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UEBEL, Roberto. Senegaleses no Rio Grande do Sul: panorama e perfil do novo fluxo migratório “África-Sul do Brasil”. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. *A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares*. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

UEBEL, Roberto. Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do século XXI. In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Migraciones y género. Cuando el continente africano se hace pequeño. *Revista española de desarrollo y cooperación*, Madrid, n. 16, p. 81-97, 2005.